



CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI Nº 10

Dispõe sobre a Cessão Onerosa de Direito à Denominação de Equipamentos Públicos Municipais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEDREIRA, estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Artigo 1º Esta lei dispõe sobre a cessão onerosa de direito à denominação de equipamentos públicos municipais pelo Poder Executivo (naming rights) no município de Pedreira, com o objetivo de obter recursos financeiros para manutenção dos espaços, revitalização, ampliação, modernização dos equipamentos em âmbito municipal.

Artigo 2º Para os fins desta lei, entende-se por naming rights o direito de uma pessoa jurídica ou física, mediante a cessão onerosa pelo Poder Público, denominar um espaço público por meio de acréscimo de sufixo após a sua denominação originária, mantendo-se, portanto, esta e suas alterações posteriores.

Artigo 3º Fica a critério da administração municipal a concessão de naming rights para os espaços públicos, podendo incluir, mas não se limitando a:

I - Teatros;

II - Bibliotecas;

III - Museus;

IV - Escola de Artes;

V - Centro de Eventos e Esportivos;

VI – Áreas de Interesse Turístico, Zoológicos e Bosques.

Parágrafo único Poderão ainda ser objeto de naming



CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

rights os demais equipamentos culturais do município, assim como festas e manifestações culturais oficiais do município.

Artigo 4º O contrato de cessão onerosa de direito à nomeação será precedido de procedimento licitatório para seleção dos interessados, mediante critérios previamente estabelecidos pelo órgão cedente, observadas as normativas que versem sobre contratações públicas.

§ 1º Poderão participar do procedimento licitatório, as empresas em dia com a legislação federal, estadual e municipal, isoladamente ou em consórcio.

§ 2º As cessões onerosas de direito à nomeação terão obrigatoriamente prazo determinado de duração a ser definido em edital.

§ 3º O contrato deverá prever contrapartida pela associação de nome ou marca na forma de pagamento anual ou mensal em pecúnia junto ao órgão cedente.

§ 4º As intervenções a serem desenvolvidas nos equipamentos e espaços públicos, por meio do contrato de cessão onerosa, ficam sujeitas à aprovação prévia do Poder Público, que determinará os padrões arquitetônicos e urbanísticos específicos para cada área pública.

§ 5º A responsabilidade pelos custos relacionados à troca das placas de anúncio indicativo será sempre da cessionária.

Artigo 5º O contrato de naming rights deverá prever, no mínimo:

I - o prazo de vigência, que não poderá ser inferior a cinco anos nem superior a dez anos.

II - os valores a serem pagos pelo concessionário ao Poder Público;

III - as obrigações do concessionário quanto à manutenção e conservação do espaço público, assim como sua acessibilidade;

IV - as penalidades pelo descumprimento das obrigações contratuais;

V - as condições para renovação ou rescisão do contrato.



CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

Artigo 6º Os recursos arrecadados com a concessão dos naming rights serão destinados exclusivamente para:

I - manutenção, conservação, revitalização, ampliação e melhorias de equipamento público objeto da concessão;

II - desenvolvimento de programas voltados à inovação, economia criativa e circular, todos em âmbito cultural, no próprio público beneficiado e em outros equipamentos culturais próprios do município.

III - desenvolvimento de ações e programas que incentivem a cultura, a inclusão e a acessibilidade em equipamentos culturais de menor porte ou localizados em áreas de maior vulnerabilidade social.

Artigo 7º É vedada a concessão de naming rights para:

I - empresas e marcas relacionadas a apostas, a produtos que incentivem o consumo de fumígenos, a bebidas espirituosas, a substâncias entorpecentes ou que causem dependência física ou psíquica, ou a matéria prima destinada à sua preparação, mesmo com a indispensável licença da autoridade sanitária competente.

II - entidades ou empresas que estejam em débito com a Fazenda Pública Municipal;

III - pessoas jurídicas ou físicas condenadas por crimes contra a administração pública ou por atos de corrupção.

IV - pessoas jurídicas ou físicas que integrem o cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à escravidão, mantido pelo Governo Federal.

§ 1º Para os fins desta lei, entende-se por bebidas espirituosas os derivados alcóolicos com graduação alcóolica de quinze e cinquenta e quatro por cento em volume, exceto os fermentados, conforme disposto no art. 87 do Decreto Federal nº [8.198](#), de 20 de fevereiro de 2014.

§ 2º Estende-se a vedação às pessoas jurídicas cujo quadro societário participe



CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

pessoa física ou jurídica, mesmo sem vínculo com a Administração, que estejam impedidas nos termos dos incisos II, III e IV deste artigo.

§ 3º Os contratos de naming rights deverão limitar o uso de logotipos, marcas e outros elementos visuais da empresa patrocinadora nos espaços cedidos, de forma a não descaracterizar sua função pública e cultural.

Artigo 8º A fiscalização do cumprimento das disposições contratuais ficará a cargo do Departamento nomeado pelo Poder Executivo.

Artigo 9º Para fins de nomeação, fica estabelecido que a iniciativa privada poderá apenas acrescentar o nome da empresa ou consórcio ao nome oficial do evento ou equipamento público, devendo este se manter presente.

Artigo 10 O Poder Executivo deverá publicar trimestralmente um Relatório de Prestação de Contas, na Imprensa Oficial do município, e deixar disponibilizado no Portal da Transparência, contendo os indicadores de atendimento e a utilização dos recursos.

Artigo 11 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões Vereador Dario Gomes de Oliveira em 29 de janeiro de 2025.

DIEGO HENRIQUE ALEIXO
VEREADOR